

FORUM

**das
seis**

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Fim de 2015, início de 2016... Motivos para lutar não nos faltam!

Fórum das Seis indica às categorias que realizem assembleias no início do ano para debater a conjuntura e a nossa organização

Na última reunião com o Cruesp, no dia 7/10/2015, o Fórum das Seis cobrou o funcionamento dos Grupos de Trabalho acordados durante as reuniões da data-base deste ano: Permanência Estudantil, Isonomia, SPPrev/Assuntos de aposentadoria.

Embora o Fórum tenha enviado todos os nomes para compor os GT, até aquele momento nenhuma reunião havia sido marcada. O objetivo é discutir nestes GT princípios e políticas para cada um dos temas, que possam ser trazidos para uma mesa conjunta Fórum/Cruesp, na perspectiva de tratamento isonômico nas três universidades.

Na reunião de 7/10/2015, os reitores concordaram com a necessidade de agendar para breve as reuniões dos três GT, porém, já se passaram quase dois meses desde então e nada ocorreu. Em ofício datado de 30/11/2015, a coordenação do F6 voltou a cobrá-los sobre isso.

Mas este não é o único elemento a merecer destaque neste momento.

A data-base deste ano e o que vem por aí

A postura dos reitores na mesa de negociação da data-base 2015 guardou relação direta com nossa forte greve em 2014. Não tiveram coragem de “propor” zero novamente, mas sentiram-se à vontade para parcelar o índice Fipe, ainda que o cenário fosse – e continue sendo – de inflação crescente, o que contribuirá para corroer ainda mais nossos salários. Por outro lado, a disposição que os reitores tiveram em negociar com o F6 neste ano foi diretamente proporcional ao tamanho da nossa mobilização. Por certo, nossa reação foi determinada por um natural refluxo após a longa greve do ano passado, entre outros fatores, que impediram uma ação mais forte do conjunto das categorias, de forma unificada.

Neste ano, as três universidades viveram novos capítulos na política de desmonte que vem ganhando espaço a cada dia. Em vez de expor publicamente a política do governo, que é a de expandir cursos e vagas sem a contrapartida de recursos, os reitores preferem atacar direitos e salários dos trabalhadores. Sob a alegação da



necessidade de “conter gastos”, eles vêm adotando medidas desastrosas que, se não combatidas e revertidas, levarão ao desmonte deste patrimônio da sociedade.

É o caso do enxugamento de pessoal (diminuição de funcionários na USP via Programa de Incentivo à Demissão Voluntária – PIDV; não reposição de vagas abertas por aposentadorias, demissões e mortes, entre outras). O descumprimento de acordos celebrados – como a não equiparação entre os funcionários técnico-administrativos, o congelamento das carreiras na Unesp –, bem como a retirada de direitos (corte de vagas nas creches da USP, redução do atendimento na Unesp), o avanço da terceirização, da repressão e do assédio moral sobre os três segmentos, dentre outros, fazem parte destes ataques.

Crise de financiamento

As medidas que vêm sendo tomadas pelas reitorias, mais acentuadamente a partir de 2014 – como as citadas acima –, longe de retratar uma postura “responsável” dos reitores, comprovam sua incapacidade e desinteresse em lutar efetivamente por mais recursos para as instituições nos últimos anos, período em que houve uma expressiva expansão de cursos e *campi* sem a contrapartida orçamentária devida.

Agora, quando os discursos de “crise” ecoam, é sobre a comunidade acadêmica que querem jogar a conta, por meio do confisco de direitos, agravamento das condições de trabalho e perspectiva de arrocho salarial.

Mas é preciso que fique muito claro: estamos diante de uma crise de financiamento e não de uma crise financeira. E não somos nós, e nem a sociedade paulista, que devemos pagar por ela!

Nunca é demais lembrar que, nos últimos anos, o Fórum das Seis vem cobrando do Cruesp uma postura ativa quanto à necessidade de ampliação dos recursos para as universidades. O índice de 9,57% do ICMS – Quota Parte do Estado, fixado após muita luta em 1995, revela-se insuficiente para manter estas instituições nos patamares exigidos pelo



ensino, pesquisa e extensão. Cenário, aliás, que se agravou pelo fato de o governo Alckmin não ter cumprido com a palavra empenhada nos processos de expansão

A reivindicação defendida pelo Fórum das Seis nos últimos anos é de aumento do percentual dos atuais 9,57% para 11,6% do ICMS-QPE.

Também é fundamental a defesa de mudança na interpretação que, muito convenientemente, o governo faz do texto do artigo 4º da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O governo exclui da base de cálculo dos atuais 9,57% o montante destinado aos programas habitacionais e parcelas importantes do produto do ICMS, tais como: multas e juros de mora do ICMS pago em atraso, de sua dívida ativa e por autos de infração, entre outras. Curioso observar que todas estas alíneas são levadas em conta quando do cálculo dos repasses aos municípios paulistas (ICMS-Quota Parte dos Municípios).

Por conta disso, em 2016 vamos continuar defendendo que o texto da LDO inclua a expressão “total do produto do ICMS”, para garantir que a base de cálculo das universidades estaduais seja idêntica à dos municípios.

Pressionados pela força da greve de 2014 e pela fragilidade de sua argumentação sobre “falta de recursos”, os reitores tiveram que mudar sua postura. De total omissão diante do problema, adotaram propostas parecidas às do Fórum das Seis e as defenderam, de forma bastante tímida, junto ao governo e à Assembleia Legislativa. É imperioso, no entanto, que assumam uma postura mais ativa sobre isso.

Cenário nacional

A escalada conservadora nas universidades estaduais paulistas e no Centro Paula Souza não é fato isolado no cenário, mas sim um de seus desdobramentos.

Em consonância com o atual contexto de crise financeira internacional, a sociedade brasileira encontra-se diante de uma conjuntura política, econômica e social bastante delicada, perpassada por contradições profundas, que, em meio à legítima indignação de parte considerável da população quanto às denúncias de corrupção – envolvendo parlamentares, escalões de governo em todos os níveis e empresas públicas e privadas –, vê o crescimento de iniciativas conservadoras que podem comprometer direitos fundamentais da classe trabalhadora.

É o caso da tramitação de projetos no Congresso Nacional, como o PL 4.330 (ampliação da terceirização), a PEC 395/2014 (que permite às universidades públicas cobrarem taxas e mensalidades de cursos de extensão, pós-graduação *lato sensu* e mestrados profissionais), do PLC 77 (que estabelece diretrizes privatizantes para o “Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação” e legislações do setor), entre outras.

Assembleias de base

O Fórum das Seis orienta as entidades a realizarem assembleias de base no início de 2016, para debater a conjuntura e formas de impulsionar nossas lutas no próximo ano.

Moção do Fórum

Reestruturação da rede: A comunidade deve ser ouvida

O Fórum das Seis, que congrega as entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e do Centro Paula Souza (Ceeteps), manifesta sua preocupação com a imposição de uma drástica reestruturação na rede estadual de educação de São Paulo, sem que a comunidade – profissionais das escolas, pais e estudantes – tenha sido ouvida.

As dezenas de ocupações de escolas em várias cidades – protagonizadas por estudantes e apoiadas por pais e professores – são a expressão da urgente necessidade de debate sobre o tema, em especial com as entidades representativas dos segmentos diretamente envolvidos.

O Fórum das Seis é contrário ao fechamento de escolas e apoia a reivindicação que vem unificando as ocupações: parar imediatamente o processo de reestruturação e abrir amplamente o debate sobre as medidas com a comunidade no decorrer de 2016. Neste sentido, a



realização de debates nas escolas e de audiências públicas em todo o estado seria um bom caminho.

Por fim, o Fórum das Seis repudia o uso de quaisquer medidas repressivas contra os estudantes e conclama o governador do Estado, Geraldo Alckmin, e o secretário da Educação, Herman Jacobus Cornelis Voorwald, a dialogarem com a comunidade!

FORUM

**das
seis**

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação Estudantil da Unesp

A mobilização continua por mais recursos na LDO 2016

30/6 é dia decisivo na Alesp

Passada a audiência pública do 23/6, é hora de darmos novos passos na luta por mais recursos para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza (Ceeteps).

O Fórum das Seis conchama as categorias a organizarem nova presença na Assembleia Legislativa na próxima terça-feira, 30/6, transformando a data em novo dia de **mobilização/paralisação**.

A expectativa é que o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2016) vá à votação em plenário. As caravanas devem avaliar, também, a possibilidade de estender a presença na Alesp até a noite, pois o horário da possível votação é

incerto. Com base na experiência dos anos anteriores, sabemos que ela pode acontecer na virada para o dia seguinte.

Na parte da manhã, o Fórum das Seis estará reunido na própria Alesp. No início da tarde, a expectativa é que os representantes sejam ouvidos na reunião do Colégio de Líderes.

Orientação às caravanas

O ponto de encontro no dia 30 é a saída da Alesp voltada para o 2º Exército, a partir das 14h. O lanche será servido próximo a esta entrada. Em seguida, todos devem se dirigir ao auditório Franco Montoro.

Audiência pública foi momento importante

Caravanas das universidades estaduais paulistas e do Ceeteps encheram o auditório Franco Montoro em 23/6, para acompanhar a audiência pública convocada pelas comissões de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) e de Ciência, Tecnologia e Informação (CCTI), a pedido do Fórum das Seis.

Falando em nome do Fórum, o professor Francisco Miraglia argumentou sobre a necessidade de mais recursos para as instituições, destacando as emendas que queremos ver incluídas na LDO 2016, já protocoladas por parlamentares do PT, PSOL, PCdoB.

Uma delas reivindica a dotação de 33% do total das receitas do Estado para a educação pública paulista.

No caso das universidades, a reivindicação é de ampliação dos atuais 9,57% para 11,6% do ICMS-QPE. No entanto, por uma questão estratégica, há várias outras emendas, com percentuais diferenciados, todas elas tendo em comum a defesa de que o texto da LDO incluía a expressão **“do total do produto do ICMS”**, garantindo que a base de cálculo das universidades seja idêntica à dos municípios. Isso porque, antes do repasse para Unesp, Unicamp e USP, o governo desconta indevidamente da base de cálculo o montante destinado à Habitação e outras parcelas (multas e juros de mora pagos em atraso, por exemplo).

“Como produto dessa manobra, de 2008 a 2013



as universidades deixaram de receber um montante de R\$ 1,744 bilhão”, denunciou Miraglia. Ou seja, se a base de cálculo estivesse correta, com os mesmos 9,57% elas teriam recebido R\$ 1,744 bilhão a mais nos últimos sete anos! Ele apresentou um quadro mostrando a expansão de

campi, cursos e vagas nas universidades nos últimos anos, sem a devida contrapartida de recursos perenes.

No caso do Centro Paula Souza, que não tem dotação orçamentária – a cada ano, o governador “decide” o quanto vai enviar para as ETEC e FATEC – a reivindicação do Fórum das Seis é de 3,3% do ICMS-QPE.

Entidades do Fórum e outras presentes fizeram uso da palavra. As reitorias enviaram representantes, sendo que os da Unesp e da Unicamp falaram na audiência. Desde a greve de 2014, o Cruesp passou a apoiar a necessidade de mais recursos e está defendendo a passagem dos atuais “no mínimo, 9,57% do ICMS-QPE” para “no mínimo, 9,907% do total do produto do ICMS-QPE”.

Alguns deputados presentes se pronunciaram. O presidente da CFOP, deputado Mauro Bragato (PSDB), disse que trabalha na perspectiva de “costurar” em plenário uma emenda de consenso entre as bancadas e defendê-la junto ao governo.

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação Estudantil da Unesp

Todos à audiência pública em 23/6, dia de mobilização/paralisação por mais recursos para as universidades

Reunidas nesta terça-feira, 16/6, as entidades que compõem o Fórum das Seis discutiram a importância de uma expressiva mobilização das categorias no dia 23/6, data de realização de uma audiência pública para debater a situação das universidades estaduais paulistas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2016. A audiência ocorrerá às 14h, no auditório Franco Montoro, da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Trata-se de uma iniciativa conjunta das comissões de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) e de Ciência, Tecnologia e Informação (CCTI), a pedido do Fórum das Seis. Os reitores estão sendo convidados a participar.

Considerando a importância da luta por mais recursos para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza na LDO 2016, o Fórum das Seis indica às categorias que discutam em suas assembleias a participação na audiência, transformando o 23 de junho em dia de **mobilização/paralisação**.

As entidades devem comunicar à coordenação do Fórum as deliberações de suas assembleias até sexta-feira, 19/6, informando especialmente a previsão de número de pessoas para o dia 23/6. Esse dado é necessário para que a coordenação organize a infraestrutura da atividade.

30 de junho, provável dia de votação da LDO, novo ato na Alesp

As categorias já devem debater a participação em novo ato na Alesp no dia 30/6, possível data de votação do relatório final da LDO 2016 em plenário. O indicativo do Fórum das Seis é repetir a dose, fazendo um dia de **mobilização/paralisação** com ida à Alesp.

Fórum defende emendas de mais recursos

Assim como faz todos os anos, o Fórum das Seis organizou um conjunto de emendas propondo mais recursos para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza. No caso das universidades, a reivindicação defendida pelo Fórum é de aumento do percentual dos atuais 9,57% para 11,6% do ICMS-QPE. No entanto, por

uma questão estratégica, o Fórum sempre apresenta várias outras emendas, com percentuais diferenciados.

Em todas as emendas apresentadas (e protocoladas por deputados do PT, PSOL e PCdoB), o Fórum defende que o texto da LDO inclua a expressão “do total do produto do ICMS”, garantindo que a base de cálculo das universidades estaduais seja idêntica à dos municípios. Isso porque, antes do repasse às universidades, o governo desconta da base de cálculo o montante destinado aos programas habitacionais e parcelas importantes, tais como: multas e juros de mora pagos em atraso, de sua dívida ativa e por autos de infração, entre outras.

Detalhe importante: estas alíneas são levadas em conta quando do cálculo dos repasses aos municípios paulistas (ICMS-Quota Parte dos Municípios, correspondente a 25% do total do produto do ICMS). Portanto, as universidades reivindicam tratamento isonômico.

No caso do Centro Paula Souza, que não tem dotação orçamentária específica – a cada ano, o governador “decide” o quanto vai enviar para as ETEC e FATEC – a reivindicação do Fórum das Seis é de 3,3% do ICMS-QPE.

E os reitores, o que estão fazendo?

O Fórum das Seis vem cobrando do Cruesp uma postura ativa quanto à necessidade de ampliação dos recursos para as universidades, insuficientes após a expressiva expansão de vagas, cursos e *campi* nos últimos anos.

Em 2014, movidos pela pressão da nossa forte greve, os reitores finalmente concordaram com a necessidade de ampliação de recursos para Unesp, Unicamp e USP, e divulgaram documento pedindo a passagem dos atuais “no mínimo, 9,57% do ICMS-QPE” para “no mínimo, 9,907% do total do produto do ICMS-QPE”. Nas reuniões com o Fórum em 2015, eles reafirmaram sua disposição em batalhar por isso.

Mas, o que estão fazendo exatamente os reitores para que as universidades conquistem mais recursos? É importante que deem visibilidade às suas ações, para que a comunidade universitária saiba!

Data-base 2015

Caminhos da mobilização e lutas que continuam na ordem do dia

*P*assadas três reuniões entre Fórum das Seis e Cruesp, sendo duas delas dedicadas à questão salarial, ingressamos numa etapa da data-base 2015 em que é possível – e necessário – fazer algumas reflexões, como base para o avanço das nossas lutas.

Para o Fórum, um primeiro subsídio a este debate é um relato um pouco mais detalhado da última reunião com o Cruesp, em 25/5/2015, que terminou com uma proposta dos reitores altamente insuficiente no que se refere à preservação do poder aquisitivo dos salários e das condições de vida de funcionários técnico-administrativos e docentes.

Não faltaram ao Fórum argumentos e disposição de negociação. Inicialmente, conforme instruídos por assembleias de base, abrimos mão dos 3% de reposição de perdas passadas, apresentando uma primeira contraproposta: o índice ICV-Dieese, de 8,35%. Registramos que estávamos debatendo perdas já transcorridas, pois tanto os 8,35% do ICV-Dieese, quanto os 7,21% do IPC-Fipe correspondiam a estimativas da inflação acumulada entre maio/14 e abril/15.

Insistimos também que havia argumentos conceituais importantes para que o Fórum considerasse o ICV-Dieese e não o IPC-Fipe como parâmetro básico de perdas salariais. Como a proposta de abertura foi terminantemente recusada pelos reitores, o Fórum pediu uma interrupção de 15 minutos; após a reconstituição da mesa, o Fórum, esclarecendo que as ideias ali apresentadas seriam submetidas às assembleias de base, sugeriu que o Cruesp pagasse os 7,21% do IPC-Fipe na data-base, isto é, em maio/15, em parcela única. De novo, os reitores foram irredutíveis, dizendo que não havia recursos para isto. Retrucamos dizendo que a diferença entre pagar os 7,21% em maio/15 ou completá-lo só em outubro/15, ou seja, deixar de fora cinco meses (maio, junho, julho, agosto e setembro), certamente não aprofundaria as dificuldades das universidades, mas causaria sensível dano na recuperação, ainda que parcial, das perdas salariais. Afinal, entre maio e outubro de 2015, a inflação continuaria a correr...

Ante a indisposição do Cruesp considerar os argumentos do Fórum, este apresentou, em seguida, a ideia de aceitar um

reajuste parcelado, porém em outras bases: “3/4” dos 7,21%, isto é, 5,36%, em maio/15 e os “1/4” restantes, 1,76%, em junho/15; deste modo, os 7,21% seriam incorporados aos salários de junho/15, no lugar de outubro/15.

Após novo intervalo proposto pelo Fórum, o pífio avanço admitido pelos reitores foi o reconhecimento de que há perda salarial na proposta do Cruesp e que, portanto, estariam dispostos a considerar sua eventual compensação em setembro/15, dependendo da arrecadação do ICMS. Dependendo da arrecadação do ICMS?! Há recursos para compensar, agora, nossas perdas no período maio/14 a abril/15! Além disso, há quantos anos temos insistido com os reitores sobre a necessidade de aumentar o investimento do Estado nas estaduais paulistas? Sobre a necessidade de enfrentar o governo Alckmin, cujo último ensaio de ataque à autonomia das universidades foi a introdução, no *caput* do artigo 4º da LDO-216, da expressão “no máximo”, depois retirada, dada a enérgica reação do corpo das universidades estaduais?

As elites brasileiras e seus representantes institucionais e políticos apresentam uma característica histórica marcante: a recusa a qualquer tipo de interlocução com a sociedade que controlam, tentando por todos os meios (nos quais se incluem a intimidação e a criminalização de opositores) impor sua vontade e interesses. Neste propósito, frequentemente são auxiliados por um Judiciário fortemente marcado por interesses de classe e da elite que controla o país e as instituições. Como não poderia deixar de ser, esta marca política e histórica das elites está presente nas universidades, em particular na Unesp, Unicamp e USP.

Nossas tarefas e embates estão longe de terminar

A postura dos reitores na mesa de negociação da data-base 2015 guarda relação direta com nossa forte greve em 2014. Não tiveram coragem de “propor” zero novamente, mas sentiram-se à vontade para parcelar o índice Fipe.

Devemos continuar a desenvolver métodos analíticos e técnicos, a cultivar a racionalidade e a construção de argumentos substantivos na defesa de uma universidade efetivamente



→ pública, de condições dignas de vida e de trabalho acadêmico de qualidade. Entretanto, como ilustra não apenas o relato da reunião com o Cruesp de 25/5, mas também a história das universidades estaduais paulistas, do Brasil (e de outros países mundo afora), argumentos, por mais claros, substantivos e racionais que sejam, estão longe de ser suficientes. As elites e os dirigentes que representam seus interesses só escutam, só negociam, se esses argumentos vierem acompanhados da energia política produzida pela mobilização de larga escala.

O cenário exige respostas das categorias. Estamos diante de um conjunto de desafios e ataques que traduzem um projeto político de desmonte das universidades estaduais, como vemos a seguir:

- **Desmonte nas universidades:** Em vez de expor publicamente a política do governo, que é a de expandir cursos e vagas sem a contrapartida de recursos, os reitores preferiram investir contra as universidades e seu bem mais precioso: seus trabalhadores. Sob a alegação da necessidade de “conter gastos”, eles vêm adotando medidas desastrosas que, se não combatidas e revertidas, levarão ao desmonte deste patrimônio da sociedade. É o caso do enxugamento de pessoal (diminuição de funcionários na USP via Programa de Incentivo à Demissão Voluntária – PIDV; não reposição de vagas abertas por aposentadorias, demissões e mortes nas três universidades, entre outras). O exemplo da USP é dramático: com o PIDV, cerca de 1.400 funcionários técnico-administrativos saíram da instituição, gerando o caos em vários setores, como o Hospital Universitário (200 demissões), as creches, os laboratórios etc.;

- **Descumprimento de compromissos**, como a não equiparação entre os funcionários técnico-administrativos das três universidades. Na Unesp, a Reitoria congelou as carreiras de funcionários técnico-administrativos e docentes;

- **A repressão** sobre os três segmentos, com seguidos processos contra estudantes e funcionários técnico-administrativos e pressão constante sobre os docentes.

O caminho da mobilização

Para garantir mais recursos para as universidades (veja box), para obter a recomposição do corpo de docentes e funcionários, para reverter os casos de criminalização dos movimentos, para conquistar um aumento significativo do investimento na permanência estudantil, bem como uma real transparência nas contas e a democratização estrutural das universidades, há que se redobrar a atenção e o exercício da capacidade de embate e luta aos quais tantas vezes tivemos que recorrer.

O Fórum das Seis conclama os funcionários técnico-administrativos e docentes, que no empenho cotidiano do trabalho acadêmico fazem das estaduais paulistas as instituições de respeito que são, a estarem atentos e preparados para defendê-las de um ataque articulado, externa e internamente, destinado a destruir a autonomia do nosso trabalho e sua capacidade criativa e crítica, únicas fontes de contribuições que a maioria da sociedade brasileira (não a sua elite oligárquica) espera das universidades públicas.

Portanto, temos embates para agora.

E setembro vem aí!

Atenção à LDO 2016: Vamos encher a Alesp

Nos últimos anos, as universidades estaduais paulistas foram submetidas a uma expressiva expansão de vagas, cursos e *campi*, sem a garantia de verbas regulares e perenes. Nesse tempo todo, o Fórum das Seis tem defendido, com expressiva argumentação, a necessidade de ampliação dos recursos destinados a Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza. Nos momentos que precedem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano seguinte, o Fórum apresenta um conjunto de emendas com propostas bem objetivas. Em meio à forte greve de 2014, os reitores finalmente reconheceram a justeza dos argumentos do Fórum e comprometeram-se a defendê-los publicamente, junto ao governo e aos deputados. Temos que cobrar que realmente o façam agora.

O Fórum já protocolou suas emendas à LDO 2016, pedindo mais recursos para as universidades e o Centro Paula Souza. Porém, só a nossa mobilização poderá fazer com que sobrevenha uma negociação efetiva com deputados e governo, para que sejam aprovadas e promulgadas. Em comum, as várias emendas têm um

detalhe decisivo: que o cálculo do repasse seja feito com base no **total do produto do ICMS-QPE**, e não como faz o governo atualmente, retirando várias alíquotas antes do repasse (Habitação, juros e moras etc.). Com essa manobra, o Fórum calcula que, somente de 2013 e 2014, o prejuízo das universidades tenha ficado em R\$ 698,8 milhões.

Na semana que passou, a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) indicou o relator da LDO 2016: o deputado Vaz de Lima (PSDB). Atendendo a pedido do Fórum, o deputado Mauro Bragato, presidente da CFOP, protocolou pedido de realização de uma audiência pública conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia e Informação, para debater sobre “as universidades estaduais paulistas no projeto da LDO – PL 587/15”.

A audiência pode ser confirmada a qualquer momento e é muito importante que todas as categorias estejam atentas à necessidade de comparecer em peso na Assembleia Legislativa neste dia.

Intransigente, Cruesp mantém proposta de parcelamento

A negociação entre Fórum das Seis e Cruesp, nesta segunda-feira, 25/5, não apresentou alterações significativas na proposta salarial feita pelos reitores em 14/5.

Com base no retorno das assembleias de base, os representantes do Fórum levaram à mesa algumas contrapropostas, concretizando a intenção de negociar alternativas mais favoráveis aos funcionários técnico-administrativos e docentes das universidades, inclusive demonstrando os impactos de cada uma, todos assimiláveis pelas instituições. As contrapropostas apresentadas, nesta ordem, foram: pagamento integral da inflação calculada pelo ICV-Dieese (8,35%) em maio; inflação medida pela Fipe (7,21%) cheia em maio; parcelamento da inflação Fipe em duas parcelas, sendo uma de 3/4 (5,36%) em maio e uma de 1/4 (1,76%) em junho.

O Cruesp rejeitou todas elas, mantendo sua proposta original: 7,21% em duas parcelas, sendo uma de 4% em maio (a ser paga no início de junho) e uma de 3,09% em outubro (pagamento em novembro). O único fato novo foi o compromisso de realizar uma reunião com o Fórum das Seis em setembro, para “reavaliar o comportamento da arrecadação do ICMS e a situação orçamentário-financeira das Universidades” (conforme Comunicado Cruesp 3/2015), para avaliar “possíveis compensações” relativas ao período maio/outubro.

Os representantes do Fórum criticaram novamente a conduta dos reitores, reproduzindo as críticas feitas em quase todas as assembleias, por submeterem a autonomia do Cruesp às imposições do Conselho Universitário da USP, por iniciativa do reitor Marco Antonio Zago.

Grupos de Trabalho

Cobrados pelo Fórum, os reitores informaram que devem marcar para os próximos dias as primeiras reuniões dos três grupos de trabalho já formados entre as partes, para tratar de isonomia, permanência estudantil e SPPrev/Aposentadoria/SPPrevCom.

Luta na LDO

Embora o governador Geraldo Alckmin tenha recuado e retirado do seu projeto de LDO 2016 a expressão “no máximo”, antes dos 9,57% do ICMS Quota-Parte do Estado para as universidades estaduais paulistas, a luta por mais recursos continua.



A negociação em 25/5/2015 (Foto: Leon Cunha)

O Fórum já protocolou suas emendas à LDO 2016, pedindo mais recursos para as universidades e o Centro Paula Souza. Em comum, as várias emendas têm um detalhe decisivo: que o cálculo do repasse seja feito com base no total do produto do ICMS-QPE, e não como faz o governo atualmente, retirando várias alíquotas antes do repasse (Habitação, juros e moras etc.). Com essa manobra, o Fórum calcula que, somente nos anos de 2013 e 2014, o prejuízo das Universidades tenha ficado em R\$ 698,8 milhões.

Assembleias e nova reunião do Fórum

As assembleias de base devem avaliar o resultado da negociação com o Cruesp. No dia 1º/6, segunda-feira, o Fórum volta a se reunir para discutir o retorno das assembleias e os rumos da mobilização.

29/5 – Dia Nacional de Luta

O Fórum das Seis indica às entidades que o compõem que realizem paralisação e/ou mobilização, incorporando-se às manifestações propostas por suas respectivas centrais sindicais para 29 de maio, tendo como eixos a rejeição ao projeto de lei (PL) 4.330/2004, que amplia a regulamentação da terceirização para todas as atividades das empresas, e às medidas provisórias (MP) 664 e 665, que reduzem direitos trabalhistas e previdenciários, como o seguro desemprego, o auxílio doença, a pensão por morte e outros.

FORUM

**das
seis**

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação E estudantil da Unesp

Cruesp propõe inflação Fipe em duas parcelas

Contra o ataque de Alckmin, o desmonte das universidades e o arrocho salarial!

A negociação salarial com os reitores, realizada nesta quinta-feira, 14/5/2015, foi acompanhada por uma expressiva manifestação de funcionários técnico-administrativos, docentes e estudantes das três universidades e do Centro Paula Souza, que chegaram à frente da sede do Cruesp após uma passeata pela Avenida Paulista.

Antes que se entrasse no item “Salários”, tema central da reunião, houve uma discussão a respeito do item “Financiamento”, tendo em vista a investida do governo Alckmin, que inseriu no seu projeto de LDO 2016 a expressão “no máximo” antes do percentual de 9,57% do ICMS-QPE. Os reitores disseram ser contrários à iniciativa do governo e que vão tomar medidas para pressioná-lo e aos deputados, para que retirem a expressão “no máximo” e, também, ampliem os recursos, nos moldes que defenderam em 2014. O Fórum apresentou aos reitores um documento contendo as propostas das entidades para a LDO 2016, assinalando as perdas que as universidades vêm sofrendo nos últimos anos (por conta da deconsideração do item Habitação e de outras alíneas do ICMS na base de cálculo do repasse para Unesp, Unicamp e USP) e as emendas que serão enviadas à Assembleia Legislativa.

A proposta salarial

Passado esse ponto, o presidente do Cruesp e reitor da USP, Marco Antonio Zago, disse que os reitores discutiram “longamente” a questão salarial. Registraram reconhecer que as categorias tiveram perdas salariais nos últimos meses e que precisam ser repostas, mas destacaram que é preciso levar em conta a situação de crise financeira das universidades e o panorama econômico do Estado. Neste cenário, propuseram corrigir os salários com base na inflação Fipe do período maio/2014 a abril/2015 (7,21%), em duas parcelas: 4% em maio e 3,09% em dezembro, já aplicado ao 13º salário.

O anúncio da proposta gerou uma série de intervenções por parte dos representantes. Em primeiro lugar, ressaltaram a pertinência da reivindicação apresentada (inflação Dieese de 8,36% + 3% a título de reposição de perdas = 11,6%). Destacaram a insuficiência da proposta dos reitores, frisando que a inflação já corroeu os salários nos 12 meses que passaram. Desta forma, não repô-la integralmente agora, num contexto de inflação crescente,

significará impor um novo prejuízo às categorias.

Os representantes dos sindicatos lembraram, também, que as universidades implantaram um conjunto de medidas danosas a título de “economia” de recursos, como é o caso do enxugamento de pessoal (diminuição de funcionários na USP via Programa de Incentivo à Demissão Voluntária – PIDV; não reposição de vagas abertas por aposentadorias, demissões e mortes nas três universidades e no Centro Paula Souza), o descumprimento de acordos celebrados (não equiparação entre os funcionários



Acima, a passeata desce a Rua Itapeva, rumo à sede do Cruesp. Ao lado, a mesa de negociação

→ técnico-administrativos), a repressão sobre os três segmentos (punições e expulsão de estudantes), a adoção de medidas para mostrar “responsabilidade” frente à crise (suspensão das carreiras na Unesp), entre outras. Assim, arrochar mais os salários neste momento significará agravar a crise, na medida em que isso vai fragilizar o bem mais precioso das universidades, que são os seus trabalhadores.

Por solicitação da coordenação do Fórum, houve um intervalo de 15 minutos, para que ambas as partes refletissem sobre as argumentações apresentadas. De volta, os reitores reafirmaram a proposta de parcelamento, mas trouxeram a segunda parcela para mais perto: 4% em maio (pagamento no início de junho) + 3,09% em outubro (pagamento em novembro).

Diante deste desfecho e da negativa dos reitores em avançar mais, os representantes sindicais os informaram que levariam a proposta às assembleias de base. Nova reunião entre Fórum e Cruesp ficou agendada para 25/5, às 15 horas, na sede do Cruesp.

Subordinação ao Conselho Universitário da USP

Em meio à discussão, o reitor Zago informou que agendou reunião do Conselho Universitário da USP para o dia 19/5, para levar a proposta do Cruesp à aprovação daquele colegiado. A informação gerou inquietação nos representantes dos sindicatos, que assinalaram ser inaceitável submeter a negociação geral entre Fórum e Cruesp ao Con-

selho Universitário de uma das universidades.

Foi sugerido a Zago que apenas informasse o Conselho da USP sobre a proposta feita pelo Cruesp ao Fórum, respeitando um processo de negociação que ainda está em andamento. Diante da negativa do reitor da USP, o Fórum frisou que, na prática, tal postura pode implodir o papel do Cruesp, na medida em que, assim procedendo, as negociações de data-base das três universidades ficam subordinadas ao reitor e ao Conselho da USP.

Isonomia

A coordenação do Fórum lembrou aos reitores que o item “Salários” contém outros tópicos, além da reposição salarial, como é o caso da equiparação dos pisos dos funcionários técnico-administrativos, preservando as estruturas de carreira. Ficou definido que as partes indicarão seus representantes para compor o Grupo de Trabalho (GT) “Isonomia entre as três universidades”, acordado ao final da greve de 2014, com o objetivo de construir um documento conjunto com definição de conceitos, diretrizes e princípios sobre o tema.

Os nomes do Fórum para este GT e, também, para o recém-criado GT que vai discutir “SPPREV/Aposentadoria/SPPrevcom”, serão enviados ao Cruesp no dia 15/5.

Obs: O áudio da reunião pode ser conferido em:

http://podcast.unesp.br/audios/20150514_Reuniaocruespeforumdasseis.mp3

Os indicativos do Fórum das Seis

Reunidas após a negociação com o Cruesp, as entidades que compõem o Fórum das Seis avaliaram a proposta inicial apresentada pelos reitores como insuficiente e recomendam às assembleias gerais das categorias que discutam uma eventual contraproposta a ser levada à negociação de 25/5.

As avaliações foram consensuais em assinalar que a questão salarial de funcionários técnico-administrativos e docentes não pode ser avaliada de forma descolada da grave conjuntura que se apresenta, a partir da ofensiva do governador Geraldo Alckmin em seu projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2016, ao inserir a expressão “no máximo” antes dos 9,57%. Todas as questões em pauta nas universidades – arrocho salarial, demissões, corte de benefícios, suspensão de contratações – podem se agravar ainda mais se a iniciativa do governo estadual se consolidar. A comunidade universitária deve deixar claro que não vai aceitar esse ataque.

Diante desse quadro, o Fórum das Seis indica às categorias que realizem assembleias até 22/5 para discutir e deliberar sobre:

- Greve a partir de 1º de junho: “Contra o ataque de Alckmin, o desmonte das universidades e o arrocho salarial”. Construção de um ato expressivo na Alesp, em data a ser definida.

O Fórum volta a se reunir em 25/5, às 10 horas, para avaliar o retorno das assembleias.

**NEM ARROCHO, NEM DESMONTE!
NENHUM ATAQUE À AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA!**



FORUM

**das
seis**

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação E estudantil da Unesp

Não ao arrocho. Nenhum ataque à autonomia universitária

Todos ao ato público em 14/5, data da negociação salarial



Esta é uma semana importante na mobilização em defesa das reivindicações da data-base 2015 nas universidades estaduais paulistas. Em sua reunião de 8/5, o Fórum das Seis avaliou o retorno das assembleias de base das entidades e reafirmou a realização do ato estadual unificado na quinta-feira, 14/5, data da negociação salarial com os reitores. A orientação às entidades é que organizem a participação de suas caravanas, que devem se encontrar às 14h, no Vão Livre do MASP, de onde sairemos em passeata até a sede do Cruesp (Rua Itapeva, esquina com Rua Rocha), para acompanhar a reunião a partir das 16h.

É hora de centrar o foco na pressão sobre os reitores, para que negociem efetivamente as reivindicações da Pauta Unificada 2015. No item “Salários”, reivindicamos a inflação medida pelo Dieese de maio/2014 a abril/2015 + 3% a título de recuperação parcial de perdas. Num momento de aceleração da inflação, é inaceitável qualquer tentativa de descarregar o ônus da crise sobre a comunidade universitária. Não vamos aceitar arrocho!

A data-base também é momento privilegiado para dizermos NÃO ao desmonte das universidades, que se expressa em medidas como o enxugamento de pessoal (diminuição de funcionários na USP via Programa de Incentivo à Demissão Voluntária – PIDV; não

reposição de vagas abertas por aposentadorias, demissões, mortes nas três universidades e no Centro Paula Souza), o descumprimento de acordos celebrados (não equiparação entre os funcionários técnico-administrativos), a repressão sobre os três segmentos (punições e expulsão de estudantes), a adoção de medidas para mostrar “responsabilidade” frente à crise (suspensão das carreiras na Unesp), entre várias outras.

E lá vem Alckmin com um novo ataque à autonomia

O Diário Oficial do Estado de 1º/5/2015 trouxe a publicação do Projeto de Lei (PL) 587, de 30/4/15, com a proposta do governo Alckmin para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016.

No artigo 4º, que determina os recursos para as universidades estaduais paulistas, vemos a tentativa de um novo ataque à autonomia destas instituições. Veja o que diz o artigo (*negrito nosso*):

*Artigo 4º – Os valores dos orçamentos das Universidades Estaduais serão fixados na proposta orçamentária do Estado para 2016, devendo as liberações mensais de recursos do Tesouro respeitar, **no máximo**, o percentual global de 9,57% da arrecadação do ICMS-Quota Parte do Estado (QPE), no mês de referência.*



A “novidade” é a expressão “no máximo”. Significa, na prática, que o governo poderá decidir, a cada mês, quanto de recursos vai enviar às universidades, desde que o montante não ultrapasse o “máximo” de 9,57% da ICMS-QPE!

A garantia dos 9,57% da ICMS-QPE foi duramente conquistada em 1989, após uma forte greve em 1988. Sem ela, a autonomia universitária deixa de existir.

O governo Alckmin sabe muito bem que os atuais 9,57% são insuficientes para garantir ensino, pesquisa e extensão de qualidade, especialmente pelo fato de não serem repassados de forma integral, pois sofrem descontos indevidos (como a Habitação) e a não inclusão de várias alíneas da receita oriunda do ICMS. Mas isso parece não ser suficiente para o governo.

Nos últimos anos, Alckmin sempre enviou seu projeto de LDO “esquecendo” de colocar a expressão “no mínimo” antes de 9,57%. Após alguma luta, o termo voltava ao texto. Agora, ao que tudo indica, o governo tenta um ataque mais ousado, que legalizaria e ampliaria sua política de arrochar verbas nas estaduais paulistas, três das mais importantes universidades públicas do país.

Nossa luta

Em 2014, movidos pela pressão da nossa forte greve, os reitores concordaram com a necessidade de ampliação de recursos para Unesp, Unicamp e USP, e divulgaram documento pedindo a passagem dos atuais “no mínimo, 9,57% do ICMS-QPE” para “no mínimo, 9,907% do total do produto do ICMS-QPE”. Com isso, deixaríamos de ter o desconto indevido da Habitação e a base de cálculo dos repasses às universidades estaduais passaria a ser a mesma que a dos municípios paulistas.

Em meio à greve de 2014, o Fórum das Seis reivindicou que o governo repassasse um adicional de 0,7% do ICMS-QPE às universidades estaduais e modificasse o artigo 4º da LDO-2015 para “no mínimo, 10% do total do produto do

ICMS-QPE”. Com estas reivindicações, a intenção era caminhar no sentido da nossa reivindicação histórica, que é de 11,6% do ICMS-QPE para as universidades, e aumento do percentual constitucional de 30% para 33% do total das receitas de impostos para o conjunto da educação pública paulista. Nada disso foi aprovado, pois o governo centralizou sua base e permitiu apenas a inserção da expressão “no mínimo” antes dos 9,57%.

Em 2015, nossa luta será grande. Junto às reivindicações da nossa Pauta Unificada, temos que nos preparar para derrotar mais essa investida do governo Alckmin contra a autonomia das estaduais. Sabemos que este governo não tolera a ideia da destinação peregrina de recursos para os serviços públicos e tentará, mais uma vez, atacar a autonomia das estaduais paulistas, mas não fará isso sem nossa resistência.

Nem arrocho, nem desmonte!
Nenhum ataque à autonomia universitária!

FORUM das seis

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp-S.Sind.
Adunesp-S.Sind.
Adunicamp-S.Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação Estudantil da Unesp

Solidariedade aos professores e à população paranaense

O **Fórum das Seis**, que congrega as entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e do Centro Paula Souza (Ceeteps), reunido em 8/5/2015, repudia a truculência empregada pela polícia militar paranaense, contra os professores grevistas da rede estadual de ensino e representações de várias categorias do funcionalismo estadual, no dia 29 de abril de 2015.

O **Fórum das Seis** expressa sua solidariedade ao movimento destes trabalhadores, vitimados pela injustificável violência governamental. Em vez desta barbárie, registrada em cenas que remetem aos tristes tempos da ditadura militar, instamos o governador Beto Richa a estabelecer um diálogo democrático e negociação efetiva com as entidades representativas.

O movimento dos professores paranaenses soma-se à greve de professores em vários estados do país, que têm entre suas reivindicações o cumprimento da Lei do Piso, reajuste salarial e valorização do profissional da educação.

Ao invés de repressão, a educação pública precisa de respeito!

São Paulo, 8 de maio de 2015
Fórum das Seis

Para:
Beto Richa, Ilmo Sr. Governador do Estado do Paraná.

Com cópia:
Entidades representativas do funcionalismo público paranaense.
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Negociação salarial fica para segunda reunião, em 14/5

Assembleias devem avaliar indicativo de paralisação e ato unificado

A primeira negociação da data-base 2015, realizada no dia 24/4, foi conduzida pelo novo presidente do Cruesp e reitor da USP, Marco Antonio Zago. Acompanhado do reitor da Unicamp, José Tadeu Jorge, e da vice-reitora da Unesp, Marilza Vieira Cunha Rudge – substituindo o reitor Julio Cezar Durigan, em viagem – Zago abriu a reunião destacando o esforço de agendar a reunião ainda em abril, conforme compromisso assumido com o Fórum das Seis no final da greve de 2014.

A coordenação do Fórum também frisou a importância de iniciar as negociações em abril e a expectativa das entidades representativas de que elas avancem no sentido da construção de um sistema público de educação superior no estado, com o estabelecimento de políticas isonômicas. Lembrou que a proposta do Fórum, ao protocolar a Pauta Unificada, no dia 27/3, era de realizar três reuniões em abril, distribuindo os itens da pauta entre elas. Zago ponderou que, embora os salários (item II) sejam “questão central”, não seria adequado discuti-los agora, uma vez que ainda não estão fechados os índices inflacionários do período maio/2014 a abril/2015, e propôs já deixar agendada uma próxima negociação para 14/5, às 16h, dedicada à discussão salarial. Antes dela, no dia 8/5, às 10h, será realizada uma reunião entre a Comissão Técnica do Cruesp e o Fórum.

A coordenação do Fórum cobrou resposta a um ofício enviado no dia 12/1/2015, que solicita algumas explicações relativas às planilhas do Cruesp. Ficou acertado que os

itens do ofício serão debatidos na reunião com a Comissão Técnica no dia 8/5 e que, se necessário, será realizado outro encontro antes da negociação de 14/5.

A seguir, confira um resumo dos tópicos da Pauta Unificada que foram discutidos na reunião de 24/4:

Item I - Pelo respeito à liberdade de organização e manifestação, contra a criminalização dos movimentos sociais e os ataques às mulheres

O reitor da USP disse que os três reitores tinha “plena concordância” com o enunciado no título do item, mas que as reivindicações deveriam ser tratadas no âmbito de cada universidade. Seguiram-se várias intervenções do Fórum das Seis, lembrando as situações de repressão e práticas antissindicalistas nas três universidades, e insistindo que era preciso debatê-las em conjunto, justamente para concretizar a declarada disposição do Cruesp, manifestada pouco antes por seu presidente, de estabelecer políticas isonômicas entre as instituições.

Zago reafirmou que os reitores são contrários a todas as violências. “Somos pacifistas e favoráveis ao diálogo”, disse. No entanto, não abriu mão da proposta de remeter o tema para negociação em cada universidade.

A professora Marilza informou a criação de um grupo de trabalho, composto pelos três vice-reitores, para discutir o “combate à violência”, que já tem reunião marcada para o início de maio. Comprometeu-se a trazer os resultados desta primeira reunião no dia 14/5.

Cobrados pelo Fórum, os reitores assumiram o com-



A coordenação do Fórum fala às caravanas das três universidades que acompanharam a reunião



promisso de receber as entidades em cada universidade para negociar os pontos do item I da Pauta Unificada.

Item III - **SPPrev/aposentadoria/Plano de Aposentadoria Complementar**

Ficou acertada uma agenda de reuniões entre Fórum e Cruesp, para esclarecer questões do tipo: como foi o processo de passagem dos recursos do Ipesp para a SPPrev, como e quando o pagamento das aposentadorias e pensões das universidades serão assumidas pela SPPrev, entre outras.

De sua parte, o Cruesp já indicou os professores João Pacheco (USP), Oswaldo da Rocha Grassiotto (Unicamp) e Carlos Antonio Gamero (Unesp) para estas reuniões. Os nomes do Fórum serão informados em 14/5. A ideia é que a comissão apresente seus resultados até julho/2015.

Item IV - **Permanência estudantil/gratuidade ativa**

O reitor Zago disse que o Cruesp está disposto a discutir esse item de forma centralizada, com o objetivo de definir conceitos, diretrizes e princípios sobre o tema. Para isso, apresentou os nomes que o representarão no Grupo de Trabalho (GT) “Assistência e permanência estudantil”, conforme proposto pelo Cruesp e aceito pelo Fórum das Seis ao final da greve de 2014. São eles: Waldir Jorge (USP), Luís Magna (Unicamp) e Mário Sérgio Vasconcelos (Unesp). O Fórum já havia informado seus representantes neste GT:

- Kimi Tomizaki (docente da FE-USP);
- João Carlos Camargo de Oliveira (funcionário técnico-administrativo da Unesp);
- Ângela Almeida da Silva (estudante da Unicamp);
- Sérgio Toshio Watanabe Jr. (estudante da Unicamp);
- Guilherme Fernandes Fregonese (estudante da USP);
- Henrique Iglecio (estudante da USP);
- Talita Ribeiro (estudante da Unesp);
- Danielle de Jesus Lobato Uchôas (estudante da Unesp).

A primeira reunião do GT deve ocorrer ainda em maio. Quando os trabalhos estiverem concluídos, serão trazidos à mesa de negociação entre Fórum e Cruesp.

Item V - **Condições de trabalho e estudo**

Sob a condução do vice-reitor da USP, Vahan Agopyan, uma vez que o reitor Zago havia se ausentado, esse foi o ponto que mais gerou discussão na reunião. Para o Cruesp, todos os tópicos do item – garantia de vagas em creches, contratações, dotação de centros médicos e odontológicos, terceirização etc – devem ser negociados no âmbito de cada universidade.

Os representantes do Fórum discordaram desta interpretação. Novamente ressaltando a necessidade de materializar na prática a disposição do Cruesp em estabelecer práticas isonômicas, a coordenação do Fórum citou como exemplo a questão das contratações. Dados extraídos nos anuários estatísticos das três universidades, bastante citados pelo Fórum no ano passado, mostram as disparidades entre o crescimento do número de vagas, cursos e *campi*, em comparação com a estagnação e até mesmo queda do número de servidores docentes e técnico-administrativos nos últimos anos. Estamos diante, portanto, de uma clara política de desmonte destas instituições, que exige um debate centralizado.

Item VI – **Financiamento**

Neste item, os reitores reafirmaram sua disposição de defender publicamente, junto ao governo e à Assembleia Legislativa, as propostas que assinaram no ano passado, e que são próximas às do Fórum das Seis (*confira na Pauta Unificada*).

Obs: O áudio da reunião pode ser conferido em:

<http://podcast.unesp.br/radiorelease-24042015-reuniao-de-negociacao-entre-cruesp-e-forum-das-seis>

Fórum das Seis indica:

Rodada de assembleias até 7/5 para avaliar proposta de paralisação e ato no dia da segunda negociação

Reunidos logo após a negociação com o Cruesp, os representantes das entidades fizeram uma análise desta primeira negociação. Foi consensual a avaliação de que o tratamento respeitoso e o clima civilizado da reunião são produto da greve vitoriosa do ano passado.

Em relação aos itens I e V da Pauta Unificada, ficou estabelecido que as entidades representativas de cada universidade vão protocolar ofício conjunto à respectiva Reitoria, solicitando agendamento de reunião o mais breve possível.

As entidades devem realizar assembleias até o dia 7/5, para avaliar o seguinte indicativo:

- Paralisação e ato unificado no dia da segunda negociação (14/5), com concentração às 14h, no vão livre do MASP, descendo em passeata até a sede do Cruesp.

O Fórum das Seis volta a se reunir no dia 8/5, logo após a reunião com a Comissão Técnica do Cruesp. Na reunião, será avaliado o retorno das assembleias e definidos os próximos passos da mobilização.

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Data-base 2015

Nem arrocho, nem desmonte. Não vamos pagar pela crise!

Reunidas no dia 13/4/2015, as entidades que compõem o Fórum das Seis avaliaram o cenário em que se insere a data-base 2015. A avaliação consensual é que está em curso um conjunto de ofensivas reitorais que sinalizam claramente com o desmonte da universidade pública.

Sinais evidentes: enxugamento de pessoal (expulsão de funcionários na USP via Programa de Incentivo à Demissão Voluntária - PIDV, não reposição de vagas abertas por aposentadorias, demissões, mortes nas três universidades), descumprimento de acordos (não equiparação entre os funcionários técnico-administrativos), repressão sobre os três segmentos (punições e expulsão de estudantes), adoção de medidas para mostrar “responsabilidade” frente à crise (suspensão das carreiras na Unesp), entre várias outras.

Todas essas medidas, longe de retratarem uma postura “responsável” dos reitores, comprovam incapacidade e desinteresse em lutar por mais recursos para as instituições nos últimos anos, período em que houve uma expressiva expansão de cursos e *campi* sem a contrapartida orçamentária devida. Agora, quando os discursos de “crise” ecoam, é sobre a comunidade acadêmica que querem jogar a conta, por meio do confisco de direitos, agravamento das condições de trabalho e perspectiva de arrocho salarial.

Ou seja, trata-se sim de uma crise de financiamento e não de crise financeira. Não vamos pagar por mais esta “crise”!

Omissão e desrespeito... outra vez?

Um dos ganhos da greve de 2014 foi a concordância do Cruesp de que as negociações da data-base 2015 ocorreriam ainda no mês de abril, para que houvesse tempo de discussão efetiva entre as partes. Como a data-base da categoria é 1º de maio, essa deveria / deve ser a prática habitual.

O Fórum das Seis protocolou a Pauta Unificada de Reivindicações 2015 no dia 27/3, acompanhada de um ofício sugerindo três datas de negociação em abril: dias 6, 13 e 27. Até o momento, os reitores sequer responderam ao ofício. Sabe-se apenas que, por conta do rodízio, a presidência do Cruesp voltou para o reitor da USP, professor Zago.

Qual será o tratamento dispensado às entidades representativas da comunidade acadêmica em 2015? A história perversa dos anos anteriores vai se repetir?

Preparar a mobilização

O Fórum das Seis indica às categorias que discutam a construção de um ato unificado em São Paulo, por ocasião da primeira negociação entre Fórum das Seis e Cruesp. Arrocho, não! Nem pensar em dividir, defendemos políticas isonômicas!

O Fórum volta a se reunir no dia 27/4/2015, às 10h, na sede da Adunesp/Sintunesp, em São Paulo.

Universidades e fundações ditas “de apoio”

A divulgação de Reportagem Especial “Universidades S/A” sobre a relação indevida entre universidades públicas e fundações privadas, por jornais de cinco estados (*O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Zero Hora*, *Gazeta do Povo* e *Diário Catarinense*) nos dias 12, 13 e 14/4, finalmente destaca as já sistemáticas denúncias feitas pelas nossas entidades representativas e realçam a ausência de transparência nas instituições.

Para conferir as reportagens, acesse:

- <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,o-caminho-do-dinheiro-privado-nas-universidades-publicas,1667997>
- <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,40-dos-professores-que-devem-exclusividade-a-usp-tem-outro-trabalho,1668418>
- <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,universidades-usam-fundacoes-para-tocar-obras-com-recursos-do-reuni,1669117>

Nota do Fórum das Seis

Não ao PL da terceirização e às duas MP que confiscam direitos

O Fórum das Seis integra-se à mobilização dos diversos setores sociais e de organização de trabalhadoras(es) no dia 15 de abril, na luta contra o premeditado desmonte dos serviços públicos essenciais, seja através do arrocho de salários e verbas, seja pela terceirização generalizada destes serviços, como previsto no PL 4.330/04.

A crise atual é de responsabilidade da elite que controla o Brasil. Não vamos pagar esta conta.

- Contra o arrocho de salários;
- Contra o estrangulamento dos serviços públicos essenciais e sua terceirização pelos governos estaduais e federal;
- Contra o PL 4.330/04, que amplia drasticamente a terceirização no país;
- Contra a MP 664 e a MP 665, que restringem direitos previdenciários, como o seguro desemprego, as pensões e outros.